

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE****SUBSECRETARIA DE GESTÃO REGIONAL****NOTA INFORMATIVA SES/SUBGR-SDCAR-DACI 4409/2023**

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2023.

NOTA INFORMATIVA Nº 4404/2023**ÁREA RESPONSÁVEL: DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS DE SAÚDE**

ASSUNTO: Nota Informativa quanto ao prazo de adesão da Resolução SES/MG nº 8.748 de 16 de maio de 2023 e prazo para solicitação de aditivo de prorrogação de vigência aos convênios celebrados de acordo com a Resolução SES/MG nº 8.368 de 19 de outubro de 2022.

A política pública, denominada FarmaCIS, possui a finalidade de fomentar o gerenciamento regional do componente básico de medicamentos por consórcios de saúde. Isso é realizado com o fim de promover assistência farmacêutica fortalecida, ampliada e qualificada, com maior eficiência, celeridade e economicidade nas etapas de aquisição, armazenamento e recebimento de medicamentos, promovendo ainda a racionalização dos gastos municipais com medicamentos básicos e redução das demandas judiciais sobre estes. Disto, o objetivo do informe consiste em apresentar o período de adesão ao FarmaCIS 2ª rodada; e o processo para solicitação de aditivo dos convênios firmados na 1ª rodada do FarmaCIS, em 2022.

O projeto detalhado do FarmaCIS pode ser acessado em:
<<https://drive.google.com/drive/folders/1SqQBB9YsoYzrUbWsS4ATUang28UO-i8s>>

1. Prazo em aberto para novas adesões ao FarmaCIS 2ª rodada:

A primeira rodada, em 2022, por meio da Resolução SES/MG nº 8.368/2022, resultou em 24 Convênios firmados ao FarmaCIS; e em 2023, através da Resolução SES/MG nº 8.748, de 16 de maio de 2023, os Consórcios possuem uma nova oportunidade para aderirem a política.

Os Consórcios interessados podem selecionar apenas uma modalidade, sendo, conforme art. 6 da resolução nº 8.748/2023: Módulo 1: Aquisição e armazenamento dos medicamentos do componente básico; Módulo 2: Aquisição, armazenamento e transporte de medicamentos do componente básico.

O período para novas adesões está em aberto, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis conforme art. 7 da resolução 8748/2023. Disto, a data limite para novas adesões é até **16/11/2023** para que os Consórcios interessados entreguem a documentação necessária e realizem os demais trâmites, via SICGON.

A documentação para adesão, via Termo de Convênio com Consórcios Públicos, consiste em:

1. Proposta de plano de trabalho preenchida no SIGCON-SAÍDA, assinada eletronicamente pelo representante legal do consórcio (<http://saida.convenios.mg.gov.br>).

2. Certificado de Registro Cadastral (CRC) Caged (<http://www.portalcaged.mg.gov.br>), com status regular e demonstrando: "Situação atual normal" no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI; Situação "Inscrito no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas (CADIN-MG)" como "Não".

3. Comprovante de abertura de conta corrente para o convênio de saída, emitido pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outro banco público, contendo o nº da agência e conta corrente.

4. Cálculo de Contrapartida Mínima de cada um dos membros do consórcio (<http://saida.convenios.mg.gov.br>). Obs.: Será considerado como percentual mínimo de contrapartida o

menor percentual devido dentre os membros consorciados.

5. Declaração de que os recursos referentes à contrapartida estão assegurados mediante a indicação do(s) respectivo(s) contrato(s) de rateio ou por meio de recursos próprios do consórcio (oriundos de contratos de prestação de serviços ou quaisquer outras fontes de receitas, conforme Portaria STN nº 72, de 11 de fevereiro de 2012), assinada pelo representante legal do consórcio.

6. Memória de cálculo da contrapartida não financeira (se for o caso).

7. Declaração de autenticidade de todos os documentos apresentados, assinada pelo representante legal do consórcio.

8. Declaração de que o conveniente não contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais assinada pelo representante legal do consórcio.

Em caso, de realização de serviço apresentar também:

S-9. Planilha detalhada de itens e custos do serviço de forma unitária e global, assinada pelo representante legal do consórcio.

S-10. 03 orçamentos do serviço, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais) com data de emissão nos últimos 6 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.

S-11. Detalhamento do projeto do serviço a ser prestado, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal do consórcio. Obs.: Solicitar orientação do concedente sobre a necessidade de apresentar o detalhamento.

A documentação completa e detalhada pode ser encontrada em: <<https://sigconsaida.mg.gov.br/checklists/>>.

2. Assinatura de termo Aditivo para Consórcios contemplados pelo FarmaCIS 1ª rodada:

As parcerias estabelecidas em 2022, com base a Resolução SES/MG 8.368/2022, foram celebradas por meio de Termo de Convênio, assinado no SIGCON, totalizando em 24 (vinte e quatro) convênios assinados e vigentes com os Consórcios em Saúde.

O Art. 10, da Resolução nº 8.368/2022, estabelece que o prazo máximo para implementação dos serviços acordados via convênio é de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. Por meio de Questionário enviado aos participantes do FarmaCIS, 75% até o momento, manifestaram interesse na assinatura do aditivo. Assim, os consórcios interessados em prorrogar a vigência do convênio, devem se atentar a data de encerramento do mesmo, pois conforme Decreto Estadual nº 46.319/2013, art. 51, o prazo mínimo para a solicitação de alteração do convênio é de 45 (quarenta e cinco dias) anteriores a data do encerramento do termo.

SIGLA CIS	Nº CONVÊNIO PUBLICADO	DATA DE ASSINATURA
ACISPES	1321002805/2022	22/12/2022
AMVAP/CISTM	1321003080/2022	26/12/2022
CIDESTESTE	1321002842/2022	22/12/2022
CIESP	1321002888/2022	22/12/2022
CIMBAJE	1321003091/2022	26/12/2022
CIMMESF	1321002890/2022	23/12/2022
CINSC	1321002859/2022	23/12/2022
CISALP	1321002840/2022	21/12/2022
CISALV	1321003073/2022	26/12/2022
CISAMAPI	1321003090/2022	26/12/2022
CISAMSF	1321003070/2022	26/12/2022
CISARP	1321003074/2022	23/12/2022
CISCAPARAO	1321003072/2022	26/12/2022
CISCIRCUITODASAGUAS	1321003075/2022	23/12/2022
CISEVMJ	1321002891/2022	22/12/2022
CISLESTE	1321002847/2022	22/12/2022

CISMAS	1321003071/2022	26/12/2022
CISMIV	1321002867/2022	22/12/2022
CISNES	1321002889/2022	04/01/2023
CISREC	1321003076/2022	23/12/2022
CISUM	1321002925/2022	23/12/2022
CONSAUDE	1321002887/2022	22/12/2022
ICISMEP	1321002817/2022	21/12/2022
SIMSAUDE	1321003089/2022	26/12/2022

A documentação necessária para a realização do aditivo consiste, envio via SIGCON, de:

1. Ofício com justificativa fundamentada para a alteração proposta, assinado pelo representante legal. Obs.: A alteração proposta não pode alterar o núcleo da finalidade do convênio de saída.
 2. Documentos que atestam as alegações apresentadas na justificativa para solicitação de alteração (se for o caso).
 3. Proposta de alteração tramitada no SIGCON-SAÍDA assinada eletronicamente pelo representante legal. (<http://saida.convenios.mg.gov.br>)
 4. Extrato da conta corrente, atual e mês a mês, desde o crédito na conta corrente.
 5. Extrato da conta de aplicação/poupança, atual e mês a mês, desde a primeira aplicação.
 6. Comprovante de cumprimento contrapartida proporcional ao montante de recursos estaduais recebidos (comprovante de transferência eletrônica do valor correspondente à contrapartida financeira proporcional aos recursos estaduais recebidos ou memória de cálculo da utilização dos bens e serviços da contrapartida não financeira, acompanhada de comprovantes (se for o caso)).
 7. Relatório de monitoramento de metas, contendo o percentual de execução do objeto e a previsão de seu término, assinado pelo representante legal. Obs.1: Se reforma ou obra, as fotografias do Relatório de Monitoramento de Metas deverão identificar claramente o local e o estágio atual de execução do objeto. Obs.2: Se aquisição de bens, deverão ser fotografados em conjunto e individualmente os bens já adquiridos.
 8. Declaração de autenticidade de TODOS os documentos apresentados, assinada pelo representante legal.
 9. Declaração de que o conveniente não contratou, contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais assinada pelo representante legal.
- Além disso, a documentação completa e detalhada pode ser encontrada em: <https://sigconsaida.mg.gov.br/checklists/>.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2023

Ana Júlia Andrade Campos

Diretora de Articulação Regional de Políticas de Saúde

Ricardo Assis Alves Dutra

Superintendente de Integração Regional

Darlan Venâncio Thomaz Pereira

Subsecretário de Regionalização



Documento assinado eletronicamente por **Ana Júlia Andrade Campos, Diretor (a)**, em 08/08/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Assis Alves Dutra, Superintendente**, em 08/08/2023, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Darlan Venancio Thomaz Pereira, Subsecretário(a)**, em 08/08/2023, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **71133637** e o código CRC **70357996**.